

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 10-1 (2017)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na **Web of Science**, agora de periodicidade trimestral, nesse volume 10, número 01, 2017, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que nossa Revista **foi classificada, pelo Qualis Periódicos 2015**, como **Qualis A2, Filosofia**, além de Qualis B3, Serviço Social, Qualis B4 em Saúde Coletiva e Qualis B5, Ciência Política e Relações Internacionais.

A Revista tem ainda a alegria de publicar o artigo *La justicia transicional: ¿La renuncia de lo irrenunciable?* da Profª. Nuria Belloso Martín, Professora Titular de Filosofia do Direito da Universidad de Burgos, Espanha e Coordenadora do Programa de Doctorado del Departamento de Derecho Público “Sociedad plural y nuevos retos del Derecho”. A professor é ainda Directora do Curso de Especialista Universitario en Mediación Familiar e colabora em cursos de mestrado e doutorado de diversas Universidades brasileiras. No artigo *La justicia transicional: ¿La renuncia de lo irrenunciable?* se analisa a questão da justiça transicional, a renúncia ao irrenunciável, como é a justiça, o direito à reparação integral por parte das vítimas de violações sistemáticas de direitos humanos. No estudo se explicam o conceito, as fases e os princípios da justiça transicional. Esses pressupostos permitem fazer no texto uma releitura dos diversos processos de justiça transicional, em especial, aquela relativa ao processo de paz no Brasil e à análise do Acordo de paz na Colômbia – que foi rechaçado pelos cidadãos colombianos em referendo. O artigo, em suma, pretende dar uma resposta à busca pelo equilíbrio entre o direito à verdade (história – memória, com o consequente direito a saber sobre as pessoas assassinadas ou desaparecidas) e o perdão e a conciliação. O direito à justiça, para o artigo, se erige em pedra angular desses processos. Não pode haver paz se se sacrifica a justiça.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no presente volume 10, número 01, 2017, publicamos 18 (dezoito) artigos inéditos, sendo 04 artigos estrangeiros: *Consideraciones teoricas sobre las generaciones políticas* da Profª. Maria Fatima Pinho de Oliveira, Profesora de Comercio Exterior y Administración Aduanera da Universidad Simón Bolívar, Venezuela; *Breves apuntes sobre los fundamentos del derecho europeo y el derecho romano*, do Prof. Luis Mariano Robles Velasco, Doutor em Direito, Professor de Direito Romano da Universidade de Granada, Espanha; *El concepto de representación política en la Vieja España, 1808-1813. Análisis desde el derecho natural de J. Gottlieb Heineccio*, do Prof. Esteban Gómez Gaitán, Pós-doutorando em História na Universidad de Guanajuato, México; *La justicia transicional: ¿La renuncia de lo irrenunciable?* da Profª. Nuria Belloso Martin, Professora Titular de Filosofía del Derecho na Facultad de Derecho da Universidad de Burgos, España.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um alentado estudo denominado *Dignidade e autonomia: a ponte dogmática para o testamento vital*, de Rogério Donnini, Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC-SP e membro da Academia Paulista de Direito e de Raphael Abs Musa de Lemos, mestrando em Direito na PUC-SP. O mencionado trabalho tem como objetivo examinar o testamento vital como uma categoria negocial autônoma a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana e da autonomia privada. Entende o trabalho que o testamento vital tem natureza de negócio jurídico extrapatrimonial, unilateral e personalíssimo, com o objeto voltado ao disciplinamento de intervenções médicas em momento futuro, antecipando então o desejo ou a recusa do paciente de manter-se artificialmente vivo, ou de receber determinado tratamento. A forma deve ser livre, salvo futura disposição legal, e o agente deve gozar da capacidade de consentimento, implicando discernimento específico para o ato. Ao final, conclui-se pela necessidade de admitir-se a eutanásia em hipóteses estritamente definidas em lei, sem significar que a sua vigente proibição seja obstativa ao reconhecimento hodierno da morte digna no Brasil.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 08 (oito) ensaios, sendo de se destacar 03 (três) ensaios de temas candentes de direito público: *Mercado regulado de órgãos: uma possibilidade contra o tráfico?*; *O que é opinião pública? Estudo de história constitucional brasileira* e *Supremo Tribunal Federal: ativismo ou self-restraint na efetivação de direitos sociais?*

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros, chegando agora a um total de mais de 580 (quinhentos e oitenta) pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris